

CONTEXTOS DE OCORRÊNCIA DO NOME PRÓPRIO COM E SEM ARTIGO DEFINIDO: QUAL O ESTATUTO DO ARTIGO?

ISABEL MARIA PARDAL HANEMANN SOARES
(Escola EB 2,3 Dr. Ferreira da Silva)

Ao analisar um universo de dados em que são contempladas quatro línguas, nomeadamente português, castelhano, francês e inglês, constatou-se uma não coincidência de comportamentos nestas línguas quanto à presença ou ausência de artigo definido com antropónimos e múltiplos topónimos, registando-se mesmo, particularmente em português, uma apreciável inconsistência neste campo. A avaliação e discussão a que se procederá recai exclusivamente sobre este tipo de nomes, muito embora se creia que se revelará de igual modo pertinente no caso de outros que, em uso referencial, possam ser considerados como nomes próprios.

Repare-se no seguinte conjunto de exemplos em que ocorrem antropónimos:

- (1) Pedro é um ótimo professor.
- (2) O Pedro é um ótimo professor.
- (3) Pierre est le voisin de Marie.
- (4) * Le Pierre est le voisin de la Marie.
- (5) Pablo es un hombre guapo.
- (6) * El Pablo es un hombre guapo.
- (7) Peter is a good friend.
- (8) * The Peter is a good friend.

Como se pode verificar, à excepção do português, todas as línguas em consideração apresentam um comportamento uniforme, não admitindo o uso de artigo definido quando estão em causa nomes próprios de pessoas. Na realidade,

o carácter individualizante do nome próprio deveria, à partida, dispensar tal ocorrência, o que não se verifica em português e nas outras línguas aqui em estudo, quando, como se verá, se entra no campo dos topónimos. Em português, e especificamente no que diz respeito aos antropónimos, a presença ou a ausência do artigo parece-nos estar dependente do seguinte conjunto de factores: a) grau de notoriedade pública do referente do nome próprio em questão; b) grau de familiaridade que existe com o referente do nome; c) grau de formalismo do discurso. Assim, se em relação a uma figura de reconhecida notoriedade normalmente se omite o artigo e se diz algo como 'Mário Soares é um apreciador e coleccionador de arte.', quem tiver uma relação estreita com Mário Soares dirá, num contexto que não obrigue à adopção de um discurso formal, 'O Mário Soares é um apreciador e coleccionador de arte.' Note-se, porém, que neste campo não se verifica um absoluto consenso. Por exemplo, em Raposo (1992) pode ler-se: "*Em Português europeu, os nomes próprios de pessoa (quando usados referencialmente) são obrigatoriamente precedidos de um artigo definido (...) todos os nomes próprios se encontram submetidos a este comportamento (...)*" [1992:90]. Em nota de rodapé, diz ainda: "*Os nomes próprios de personagens históricos (especialmente quando designados no contexto de um discurso literário ou histórico relativamente formal) não requerem (não permitem para alguns falantes) um artigo definido.*"¹ [1992:90]. Portanto, Raposo só admite a ausência do artigo no caso de nomes de personagens históricas, o que levanta o problema de determinar em que condições pode uma entidade ser considerada como tal e deixa por explicar os usos de nome sem artigo quando a classificação como personagem histórica não é pacífica. Daí que se considere que o factor 'notoriedade pública' é mais produtivo, dado que reflecte de forma mais abrangente as situações de omissão de artigo. Por outro lado, Raposo refere ainda como factor importante o contexto do discurso e especifica claramente os discursos literários ou históricos (relativamente formais). Ora o que parece de facto determinante é o maior ou menor grau de formalismo do discurso e não propriamente o tipo de discurso em si. A ser como Raposo propõe, ter-se-ia que admitir que, por exemplo, um noticiário se enquadra num desses discursos, já que se trata de uma das múltiplas situações em que o artigo é suprimido. Não sendo esse o caso, de novo se rejeita esta análise de Raposo, considerando como determinantes os factores anteriormente indicados. Esta rejeição tem implicações específicas, uma vez que enquanto para Raposo (1) é inaceitável (apresenta, aliás, como incorrecto um exemplo muito idêntico: "' Pedro comeu a maçã.'" [1992:90]), nesta análise o exemplo em causa é proposto como perfeitamente correcto. Neste caso, considera-se que se estará perante uma frase passível de ser produzida no âmbito de um discurso tenso, marcado por um determinado grau de formalismo, que foge à prática corrente de uso de artigo, uma vez que, à partida, (1) não recai no domínio de a), mencionado acima.

Em relação ao castelhano e ao francês, contrariamente ao que os exemplos apresentados podiam levar a crer, a presença do artigo com antropónimos não está totalmente vedada. É possível ocorrerem construções como 'El Pablo' e 'La Marie', ou com sobrenomes em francês construções do tipo 'La Hurlet Martineau'. Apesar dessa possibilidade, os exemplos (4) e (6) foram considerados agramaticais, dado que os usos indicados não reflectem situações comuns e correntes e correspondem, sim, a ocorrências excepcionais que produzem efeitos muito específicos. Como Gary-Prieur (1991) faz notar, o português e o francês fazem um uso muito diferente do artigo definido com nomes de pessoas. Enquanto na primeira língua a sua presença reflecte um uso normalizado, apesar das restrições já observadas, em francês essa situação corresponde a uma forma marginal, com conotações bem específicas, o que, aliás, é também verdadeiro para o castelhano. Assim, nos exemplos em causa, o uso de artigo produz um efeito fortemente depreciativo, ainda conotável, no caso do francês, com o que Gary-Prieur designa por linguagem "campagnard", isolando, portanto, um grupo bem específico de falantes. Note-se que 'La Marie' ou 'Le Pierre', dependendo do contexto de uso, tanto podem ter um efeito pejorativo, mais ou menos forte, como, pelo contrário, podem também e curiosamente traduzir uma carga afectiva. Em português, o formalismo de discurso que subjaz a (1) produz igualmente um determinado efeito, neste caso o de distanciamento em relação ao referente do nome. No entanto, as situações são diferentes. Por um lado, os efeitos produzidos em português e em castelhano e francês são distintos quanto ao seu valor, por outro lado, quando têm lugar, os respectivos SNs apresentam uma estrutura diferente, devido exactamente ao facto de estas línguas se distinguirem pela aceitação ou não aceitação de artigo.

Analisando por último o caso do inglês, verifica-se ser esta a língua em que a admissibilidade do artigo com antropónimos é totalmente rejeitada, não havendo lugar a usos de excepção do tipo referido para o francês e o castelhano.

Veja-se agora as seguintes ocorrências de nomes geográficos, de forma a verificar o que se passa com este tipo de nomes nas quatro línguas:

- (9) A Dinamarca é um país interessante mas Angola interessa-me muito mais.
- (10) O Algarve, sendo turístico, não proporciona o sossego de Trás-os-Montes.
- (11) A Ásia atrai muitas pessoas.
- (12) Os Alpes e o Saara podem ser perigosos.
- (13) O Douro e o Tejo estão poluídos.
- (14) A Madeira e os Açores situam-se no Atlântico.
- (15) O Porto é uma bela cidade e Lisboa também.
- (16) A Figueira da Foz fica perto de Coimbra.

- (17) Macieira de Sarnes e Vale de Cambra situam-se na mesma região.
- (18) La France est une République.
- (19) La Champagne est une région viticole.
- (20) L'Afrique est immense.
- (21) Le Mont Blanc offre un beau paysage.
- (22) Le Sahara est un désert très grand.
- (23) La Seine est très romantique.
- (24) Le Pacifique est plus vaste que l'Atlantique.
- (25) La Corse a un beau paysage.
- (26) Limoges est magnifique mais j'aime mieux La Grave et La Rochelle.
- (27) Los Estados Unidos y España han luchado en Cuba.
- (28) El Pais Vasco y Asturias son muy montañosos.
- (29) Los Picos de Europa están en Cantabria.
- (30) El Kalahari es un desierto en el sur de Africa.
- (31) El Duero y el Tajo cruzan la Peninsula Iberica hacia el mar.
- (32) El Indico baña la costa de Mozambique.
- (33) Las Canarias son islas españolas.
- (34) Madrid es muy bonito, pero me gusta más L'Espluga de Francolí.
- (35) France is a nice country but the Sudan is much more interesting to visit.
- (36) Kent is a famous county.
- (37) Africa is a very interesting continent.
- (38) The Malverns are safe mountains but a desert like the Sahara is very dangerous.
- (39) The Thames and the Severn are pleasant rivers.
- (40) The Pacific is quite calm now.
- (41) The Isle of Man is interesting to visit.
- (42) London is an incredible place to live in.

Analisando este conjunto de exemplos, verifica-se uma apreciável disparidade de comportamentos, não só comparativamente como internamente a cada uma das línguas. Estas flutuam entre aceitação e rejeição de artigo com nomes que designam o mesmo tipo de entidade geográfica e que, no caso do castelhano e em especial do português, apresentam o mesmo tipo de construção.

Repare-se, no entanto, que no que diz respeito ao conjunto de nomes que designam montanhas, serras, cordilheiras, desertos, rios, oceanos e ilhas, contrariamente ao que acontece com os que designam continentes, regiões, países e cidades ou localidades, constata-se uma surpreendente coincidência nas quatro línguas, visto que em todas elas está prevista a ocorrência de artigo definido. No caso destes topónimos específicos, pode-se pôr a hipótese de lhes estar de alguma forma subjacente um nome comum que licenciará o artigo.

Repare-se que em relação a todos estes nomes próprios é sempre possível fazê-los acompanhar do nome comum 'montanha/deserto/rio/oceano/ilha', havendo mesmo casos, como (41), em que ele está desde logo presente.

Com os restantes topónimos, porém, não se verifica igual comportamento. Quando se trata de continentes, por exemplo, formam-se dois blocos distintos. De um lado, português e francês que apresentam artigo, do outro inglês e castelhano que não o admitem. Aliás, a língua francesa parece ser a mais regular, uma vez que tem o artigo previsto em todos os casos, à excepção dos nomes que designam cidades, vilas e localidades em que ele pode ou não surgir, muito embora em grande parte dos casos esteja ausente. Estes últimos nomes, numa primeira análise, parecem ser na realidade os mais problemáticos, dado que só em inglês o seu comportamento é mais regular ocorrendo, na maior parte dos casos, sem artigo. Referem-se excepções muito pontuais como 'The Hague' que poderiam ser explicadas por um processo de derivação de nome comum que licenciaria o artigo. Em português, a situação é bastante curiosa, uma vez que há nomes que obrigam ao uso de artigo enquanto outros o rejeitam, como se pode verificar nos exemplos (15) a (17). À hipótese aventada em Cunha e Cintra (1987) de que nomes de cidades (acrescente-se vilas e localidades) que se formaram a partir de nomes comuns conservam o artigo, contrapõe-se o exemplo (17) que a parece invalidar. No entanto, o facto de (17) não reflectir uma situação totalmente idêntica a (16) poderia permitir que se mantivesse a hipótese referida. Repare-se que tanto 'Figueira' como 'Foz' podem derivar de nomes comuns, enquanto tal não acontece com 'Sarnes' e 'Cambra' que parecem, eles mesmos, constituir nomes próprios. Poder-se-á então pôr a hipótese de ser esse o factor responsável pela rejeição do artigo definido. Se a hipótese de ser o nome próprio a bloquear o artigo correspondesse à verdade, então seria possível explicar o comportamento não uniforme da língua. Sempre que o nome derivasse de nome comum aceitaria artigo, nos casos em que estivesse presente um nome próprio ele seria bloqueado. É de notar, porém, que a divergência neste campo não se esgota com esta possível explicação. Por um lado, há a considerar nomes como 'Pombal' e 'Faro' que normalmente não são acompanhados de artigo, muito embora pudessem ser analisados como derivando de nome comum. A referida supressão poder-se-á ficar a dever à necessidade de evitar a confusão com o termo comum, o que, a registar-se, poderia dar origem, em termos de oralidade, a possíveis ambiguidades numa frase do tipo, 'Nasci no Pombal (pombal).' Por outro lado, se se considerarem nomes como 'Castelo Branco', 'Rio Maior' e 'Marinha Grande' a situação complica-se de novo. Enquanto os dois primeiros nomes não aceitam artigo, o último já não exhibe o mesmo comportamento, uma vez que o aceita. A situação *nome próprio derivado de nome comum mais adjectivo* deixa definitivamente estabelecido o carácter não uniforme da língua, dado que termos cuja construção é análoga exibem comportamentos diferentes.

Em relação ao francês e ao castelhano, como se pode ver nos exemplos (26) e (34), verifica-se uma situação análoga ao português. Na primeira língua encontram-se nomes como 'Le Havre', 'Le Mans', 'Le Touquet', 'La Roche-sur-Yon', 'La Baule', 'Le Vézinet', 'Le Cap d'Agde', 'La Grave', 'Le Lavandou' e 'La Grande Motte', entre outros, em que o artigo surge. Em castelhano, surgem nomes, particularmente de pequenas localidades, como 'El Cañigral', 'La Frontera', 'El Pobo de Dueñas', 'La Mesa Roldán', 'El Casar de Talamanca', 'El Burgo de Osna', 'Las Cabezas de S. Juan', 'La Puebla del Río' e 'El Bonillo'. Tal como acontece em português e em francês, muitos destes topónimos contêm nomes que parecem derivar de nomes comuns, o que permitiria uma explicação do tipo já avançado. No entanto, e de novo à semelhança do português e do francês, esta não recobre todos os casos. Um só exemplo põe definitivamente de parte a hipótese de recorrer exclusivamente a tal explicação, nomeadamente o caso flagrante de 'Los Dolores' e 'Dolores', dois topónimos que, podendo derivar do nome comum 'dolores', ocorrem respectivamente com e sem artigo.

Por fim, considerando os nomes de países e de regiões, verifica-se, em relação aos primeiros, nova inconsistência quanto à presença ou ausência de artigo, desta feita em português, castelhano e inglês, como se pode verificar pelos exemplos (9), (27) e (35). Se em alguns casos se poderia explicar o licenciamento do artigo via a ocorrência de nomes comuns que integram os respectivos nomes próprios, como 'estados' ou outros, nem sempre tal é possível. Por outro lado, em alguns nomes de países como 'França' e 'Itália', entre outros, pode em português assistir-se, em determinadas construções, à supressão do artigo. Quando não ocorrem em posição de sujeito e sim de complemento, diz-se, por exemplo, 'Estive em França.' e o nome surge unicamente regido de preposição. Contudo, o mesmo já não acontece no caso do nome 'Dinamarca', entre outros, em que, na mesma construção, se usa o artigo e se diz 'Estive na Dinamarca.'. Em francês, a situação é análoga, apesar de o artigo estar sempre previsto. Diz-se 'Je suis allée au Portugal.' e o artigo está presente, e 'Je suis allée en Angleterre.', sendo este suprimido². Quanto às regiões, o português é a língua que, de novo, regista alguma inconsistência, já que o artigo é rejeitado em alguns casos, de que são exemplo Trás-os-Montes, Castela, Aragão, Navarra e Leão, e aceite noutros, como se pode verificar pelo exemplo (10). No caso do castelhano, o exemplo (28) parece, também aqui, reflectir uma situação em que a inserção do artigo pode ser explicada pela presença do termo comum 'país', já que o determinante é rejeitado com os restantes nomes de regiões.

Em síntese, relativamente às línguas em causa, constata-se uma não coincidência de comportamentos, quanto à presença ou ausência de artigo definido, registando-se particularmente em português uma apreciável inconsistência neste campo. Nesta língua não só são em considerável maior número os casos em que o artigo ocorre como também, em relação ao mesmo

tipo de nomes e até ao mesmo nome, como se verá adiante, não é possível estabelecer definitivamente a presença ou ausência de artigo. Se com os topónimos, e somente em algumas situações, parece possível explicar o licenciamento do artigo com recurso a uma derivação de nome comum, tal nem sempre é válido e não recobre o caso dos antropónimos, no português, língua em que, neste caso, o artigo normalmente surge, o que teria a consequência inconveniente de sugerir poderem estes receber um tratamento diferente.

Uma hipótese produtiva que parece permitir encontrar alguma homogeneidade no comportamento das diferentes línguas deriva da análise proposta por Longobardi (1994).

Tendo em conta o comportamento de diferentes expressões nominais e particularmente o de meros nomes, Longobardi é levado a defender a necessidade de uma categoria D (vazia ou com matriz fonológica) como condição de licenciamento destas expressões enquanto argumento. Os nomes próprios, porém, parecem invalidar esta proposta, uma vez que, nas várias línguas, um elevado número deles pode ocorrer livremente sem qualquer determinante. Uma forma de ultrapassar este problema seria assumir que os nomes próprios sem determinante são introduzidos por um D vazio, hipótese que Longobardi rejeita, uma vez que 'Pedro', por exemplo, não é compreendido como designando um massivo, não é plural e não recebe uma interpretação indefinida. Sendo estas algumas das propriedades que caracterizam os Ds vazios e não se aplicando elas ao caso dos nomes próprios, a hipótese levantada parece estar fora de questão. Dada porém a relevância atribuída à posição D e excluída a hipótese de um D vazio, o único elemento disponível para ocupar essa posição parece ser, de facto, o nome próprio. No quadro desta hipótese e tendo em conta os comportamentos das diferentes línguas até agora analisados, parecem abrir-se duas possibilidades para os nomes próprios. Gerados de base em No podem: a) permanecer em No, quando são introduzidos por um artigo (ou por qualquer outro determinante); b) sofrer elevação para Do quando a) não se verifica, deixando uma posição N não interpretada.

Assim, 'Pedro', em (1), ocupará uma posição diferente daquela que ocupa em (2) e, logo, há uma relação transformacional entre as duas frases estabelecida pelo movimento de N para D em (1).

Repare-se nas seguintes expansões dos exemplos (1) a (8):

- (43) * Velho Pedro é um óptimo professor.
- (44) * (O) Pedro velho é um óptimo professor.
- (45) O velho Pedro é um óptimo professor.
- (46) * Vieux Pierre est le voisin de Marie.
- (47) * (Le) Pierre vieux est le voisin de Marie.
- (48) Le vieux Pierre est le voisin de Marie.

- (49) * Viejo Pablo es un hombre guapo.
 (50) * (El) Pablo viejo es un hombre guapo.
 (51) El viejo Pablo es un hombre guapo.
 (52) Old Peter is a good friend.
 (53) * Peter old is a good friend.
 (54) * The old Peter is a good friend.

O adjectivo presente nos exemplos (43) a (51) parece bloquear o movimento do nome próprio para a posição D. Por esse facto, o uso do artigo torna-se obrigatório, para que essa posição não fique vazia, sujeita às restrições que se viu não serem aplicáveis aos nomes próprios. A agramaticalidade das frases assinalada no conjunto de exemplos indicados, o comportamento idêntico ao português de línguas como o francês e o castelhano que não aceitam artigo com estes nomes próprios e a consequente gramaticalidade produzida pela inserção do determinante corroboram, pois, a hipótese avançada.

Os exemplos (52) a (54), no entanto, parecem contrariar a referida hipótese. No caso do inglês, a agramaticalidade de (53) seria previsível, uma vez que, nesta língua e neste tipo de construções, os adjectivos ocupam sempre uma posição pré-nominal, podendo também aqui ser responsáveis pela impossibilidade de o nome próprio se elevar para D. Tendo em conta o comportamento do francês e do castelhano que também não aceitam artigo com antropônimos, esperar-se-ia, porém, que (54) fosse gramatical. O facto de a inserção do artigo não ser de forma alguma permitida aparentemente conduz a uma de duas conclusões: ou a posição D está vazia, ou o inglês, neste tipo de estruturas, não tem esta posição. Nenhuma destas conclusões parece, porém, razoável. Por um lado, os Ds vazios são incompatíveis com os nomes próprios, por outro lado, à inexistência da posição D podem ser postas duas objecções apontadas por Longobardi: há estruturas em que se verifica a existência da posição em causa; o inglês afastar-se-ia radicalmente das outras línguas neste campo. Há ainda a ter em conta que, se se verificasse a não existência dessa posição, D não poderia licenciar uma expressão nominal e, portanto, tal possibilidade seria invalidada, o que não é corroborado pelos dados das outras línguas.

Segundo Longobardi, este comportamento à partida excepcional do inglês deixa de o ser se se admitir que o que se verifica nas outras línguas se verifica também nesta, com a diferença que tal acontece não em Sintaxe mas sim num outro nível de representação, nomeadamente em LF. Nesta perspectiva, a estrutura de (52), em LF, não diferiria radicalmente das estruturas-S das outras línguas. N mover-se-ia para D em LF deixando um vestígio na posição que ocupava em estrutura-S. Nenhum dos resultados indesejáveis se verificaria e o inglês exibiria um comportamento idêntico às outras línguas.

Veja-se agora o caso dos topónimos, considerando os exemplos (9) a (42). Tendo em conta os nomes geográficos que ocorrem com artigo, dir-se-á que estes permanecem na posição de base em que são gerados, No. Uma vez que a posição D está preenchida e a opção de permanecer na posição em que são gerados lhes é acessível, o comportamento destes nomes não levanta problemas, no quadro da hipótese traçada. Quanto aos nomes que surgem sem artigo, dir-se-á que se regista um movimento de elevação do nome para Do. No caso do inglês, essa elevação operar-se-á em LF e nas restantes línguas em Sintaxe. A ser assim, a semelhança formal que as construções nestas línguas apresentam com as correspondentes inglesas deve desaparecer, quando submetidas ao teste já proposto para os nomes próprios de pessoas.

Repare-se nos seguintes exemplos:

- (55) A velha Angola não me atrai.
- (56) A Angola revolucionária não me atrai.
- (57) A velha Lisboa traz-me boas recordações.
- (58) O pitoresco Trás-os-Montes atrai-me.
- (59) Le vieux Paris me hante.
- (60) La vieja España murió.
- (61) La vieja Galicia guarda sus tradiciones.
- (62) La vieja Europa se despide del siglo XX.
- (63) Me gusta el viejo Madrid.

Na realidade, a introdução de um adjectivo parece ter de imediato o mesmo resultado que se verificou com os nomes próprios de pessoas, sugerindo que a hipótese avançada é também aqui válida. Verifica-se, no entanto, uma situação curiosa em português, no caso dos nomes geográficos. Nesta língua, o adjectivo pode surgir tanto em posição pré como pós-nominal, como se vê pelos exemplos (55) e (56). Esta constatação parece poder constituir argumento para invalidar a hipótese de ser o adjectivo o responsável pela impossibilidade de movimento do nome e conseqüente necessidade de inserção do artigo para que a posição D não fique vazia. A ser assim, ficar-se-ia com o problema de explicar por que razão permanece o nome na sua posição de base permitindo que o artigo seja inserido. Repare-se, porém, que só em português se verifica este comportamento. Em francês e castelhano, tal como acontecia com os antropónimos nas quatro línguas, se o adjectivo ocupar uma posição pós-nominal a frase resultante é agramatical. Portanto, nestas línguas, os dados apontam para a validade da hipótese em questão, o que não pode deixar de ser significativo. O comportamento peculiar do português talvez não anule por completo a análise proposta, se se tiver em conta que: a) são relativamente poucos os nomes em que o artigo não está previsto; b) se regista uma enorme imprecisão quanto à presença

ou ausência do artigo com determinados nomes geográficos. Tome-se como exemplo nomes como 'Fátima', 'Alijó' e 'Pombal'. Se para a maioria dos falantes estes nomes ocorrem sem artigo, para outros tal não acontece. Os nativos dizem consistentemente e sem qualquer problema, 'Vou à Fátima/ à Alijó/ ao Pombal', por exemplo. Portanto, mesmo nos casos em que o artigo, em regra, não é usado, nada parece impedir que ele surja, ainda que tal aconteça em relação a um grupo particular de falantes.

Tendo em conta o elevado número de casos em que o artigo está previsto, em articulação com situações que oscilam entre presença/ausência deste, sugere-se que o português se destaca das outras línguas por, em relação aos nomes próprios, ter prevista a ocupação da posição D por um determinante. Quando este se não realiza foneticamente, tal justificar-se-ia pelo facto de o nome próprio ter em aberto a possibilidade de ocorrer sem qualquer determinante explícito. Se esta hipótese for válida, então, nos casos de que (56) é exemplo, será a inserção do adjectivo, em qualquer das posições, que de imediato despoleta a realização fonética do artigo. A possibilidade de a língua portuguesa, no que diz respeito ao artigo definido, exibir um comportamento particular é, aliás, corroborada por trabalhos desenvolvidos por Raposo (1998) e por Oliveira (1998). Os dados analisados por Raposo levam-no a defender que o português, ao contrário das outras línguas românicas, tem um determinante nulo com propriedades semânticas muito próximas das do artigo definido explícito sem, contudo, apresentar matriz fonológica. Oliveira, por sua vez, ao analisar frases genéricas aponta também para a especificidade do português, dado que, nesta língua, o SN genérico só pode surgir com artigo definido, independentemente da posição que ocupa na frase. Em frases caracterizadoras (ou genéricas), por sua vez, "(...) *os SNs em posição de sujeito ou de objecto que fazem parte do restritor têm que ter artigo definido (...)1*" [1998:14].

A explicação de carácter estrutural proposta por Longobardi (1994) resolve, pelo menos, o problema do comportamento aparentemente tão heterogéneo das línguas analisadas quanto à presença ou ausência de artigo. No entanto, a conclusão a que chega acerca do estatuto do artigo parece levantar algumas questões.

De acordo com Longobardi, o artigo definido que ocorre com nomes próprios pode, em alguns casos, ser visto como um expletivo. A favor desta análise estará o papel desempenhado pelo artigo, quando ocorre com nomes comuns. Aí, ele funcionaria como um operador semântico, ligado a uma variável cujo escopo seria estabelecido pelo nome comum em causa. Uma vez que os nomes próprios não parecem recorrer a uma estrutura denotacional deste tipo para fazer referência a uma entidade particular, o artigo definido algumas vezes usado para introduzir estes nomes não necessitaria de ser interpretado como um operador semântico podendo, pelo contrário, ser um artigo expletivo. Dados

adicionais que parecem suportar esta hipótese vêm do facto de a opcionalidade de ocorrência do artigo, em muitas variedades do alemão, se registar exactamente nos casos em que este é defendido como sendo expletivo, especificamente com alguns genéricos e com nomes próprios. O mesmo acontece, segundo Longobardi, no italiano, muito embora tal só se verifique com nomes próprios de pessoas e mais especificamente com primeiros nomes. Por último, Longobardi refere ainda que o catalão e algumas variedades do frísio apresentam, para os casos de artigos considerados expletivos, formas morfológicamente distintas do artigo definido usual, o que parece constituir argumento relevante a favor da hipótese do expletivo.

Face a estes dados, parece inescapável admitir a hipótese do artigo expletivo. No entanto, o inglês parece de novo levantar alguns problemas. Os casos em que, nas outras línguas, o artigo surge, nomeadamente com os nomes próprios singulares (e também com genéricos plurais e massivos), são exactamente aqueles que não admitem a sua ocorrência em inglês, o que poderia conduzir à hipótese de esta língua não permitir realizações expletivas do artigo. Porém, no quadro da análise de Longobardi, este tipo de artigo ocorre, por exemplo, no caso de genéricos singulares, provando, assim, a sua existência em inglês.

Tendo em conta os diferentes comportamentos das diversas línguas e a necessidade daí decorrente de explicar o licenciamento opcional de artigo expletivo, mesmo em línguas e construções que o podem dispensar, propõe o seguinte princípio:

(64) A realização fonética da posição D só é licenciada se expressar conteúdo semântico, traços gramaticais ou como último recurso.

São estes dois últimos casos que aqui interessam, dado corresponderem às ocorrências expletivas do artigo. Analisando em primeiro lugar o caso do português, não é claro que se reduza a traços gramaticais o licenciamento do artigo, apesar de este, em exemplos do tipo de (45), parecer surgir como último recurso, dado que o adjectivo não parece deixar disponível uma derivação de elevação do nome, o qual tem de permanecer na posição de base em que é gerado. No entanto, a produtividade desta hipótese fica fortemente debilitada pelo facto de: a) os antropónimos, em português, surgirem, via de regra, acompanhados de artigo; b) a maior parte dos topónimos ser também acompanhada deste determinante; c) no caso dos topónimos em que o artigo não está presente, a língua parece muito sensível ao despoletar da presença do determinante não necessitando para tal que a elevação do nome seja bloqueada. Repare-se ainda que Longobardi, a propósito dos traços gramaticais, fala em conteúdo morfológico abstracto, dando como exemplo aspectos de género e

número presentes em D, como resultado da concordância (opcional) com o núcleo nominal.

Considerem-se, agora, os seguintes casos do português:

(65) O João comeu a sopa.

(66) A João comeu a sopa.

Nestes exemplos parece impossível defender o licenciamento deste artigo com base nos termos preconizados em (64), dado que ele não surge em sequência da concordância com o núcleo nominal. Por outro lado, mesmo o seu carácter expletivo é questionável, uma vez que este artigo não tem um papel referencialmente vazio. Pelo contrário, assume, sim, um valor crucial em termos de identificação de género, marca que não é perceptível no núcleo nominal, e, consequentemente, reveste-se de grande importância para a determinação do referente do nome próprio em questão.

Note-se, no entanto, que, em português, a questão do estatuto do artigo é tudo menos pacífica. Reportando-nos de novo ao trabalho de Oliveira (1998) anteriormente citado é aí explicitamente referido que é discutível o carácter referencial ou não referencial do artigo. Raposo (1998), também já citado, pelo contrário, considera que o determinante nulo cuja existência defende para o português pode ser visto como um expletivo.

Apesar de os dados do português aqui apresentados parecerem contrariar a hipótese do expletivo e de, em todo o caso, haver dúvidas em o ver desde logo como tal, repare-se que nos exemplos (48) e (59), bem como em (51) e em (60) a (63), exemplos respectivamente do francês e do castelhano, o licenciamento da realização fonética da posição D poderá ser visto como último recurso, uma vez que se disse poder ser o adjectivo o responsável pela incapacidade de o nome se elevar, obrigando à inserção do artigo.

Considere-se porém um outro conjunto de exemplos relativos ao inglês:

(67) I visited the Republic of Ireland.

(68) I visited the Sudan.

(69) I visited the Ukraine.

(70) I visited the Congo.

(71) I visited the United States.

De acordo com Longobardi, o artigo presente em (71) não se classifica como expletivo, dado considerar que os nomes com designação não singular devem ser interpretados quantitacionalmente e, portanto, o artigo funcionará, nesse caso, como um operador semântico. Nesta situação estariam também 'The Netherlands', 'The Philippines', 'The Seychelles' e 'The West Indies'. Esta posição

cria, desde logo, um problema: o facto de se ter que admitir uma certa heterogeneidade no campo destes determinantes que ocorrem com nome próprio, os quais se podem dividir agora entre expletivos e plenos.

Se se reparar em (64) e nos exemplos (67) a (70) outros problemas se levantam. Repare-se que em (67) o artigo, tal como foi anteriormente dito, poderia ser licenciado pelo nome comum 'republic' que integra o nome próprio. Podendo aparecer por essa razão, poder-se-ia eventualmente considerar esse artigo como expletivo, sendo este caso uma instância da sua realização fonética como último recurso. Em relação aos exemplos (68) a (70) a situação é porém problemática. Desde logo, não há possibilidade de avançar uma explicação do tipo da de (67) para a presença do artigo, uma vez que não há qualquer nome comum a forçar a sua inserção. Acrescido a isto, o facto de, segundo Longobardi, o inglês só licenciar expletivos com certos genéricos (os singulares) e adjectivos nominalizados parece pôr definitivamente de lado a hipótese do expletivo. Resta a possibilidade de, nestes casos, se considerar o artigo como pleno. No entanto, se só é admitida a sua realização como tal quando o nome tem designação plural, então essa possibilidade está também excluída, uma vez que claramente tal não é o caso. Em suma, o estatuto do artigo presente nos exemplos (68) a (70) não parece nada evidente, à luz da proposta de Longobardi.

Retome-se agora um dos exemplos dados anteriormente (exemplo (40) aqui renumerado (72)) e compare-se com um outro:

(72) The Pacific is quite calm now.

(73) London is quite calm now.

Repare-se que, à partida e sem qualquer outra informação, se assume os nomes próprios em (72) e (73) como sendo nomes geográficos. Esse não tem, porém, que ser o caso. Posso perfeitamente ter um gato chamado 'London' e acerca dele afirmar que, neste momento, está calmo. O mesmo já não é possível em (72), dado saber-se que, em inglês, os nomes de pessoas e de seres animados não podem ocorrer com artigo. A presença deste determinante em (72) de imediato exclui a hipótese de se falar de um ser animado e confirma a necessidade de ser considerado como nome geográfico.

Portanto, questões como saber que tipo de referente ou de referentes de um nome próprio podem ou devem ser considerados como válidos, assim como aspectos que passam pela identificação do género do referente, exemplificadas em (65) e (66), podem depender crucialmente da ocorrência (ou ausência) do artigo definido. Este parece, então, desempenhar um papel de extrema relevância na identificação do referente de um nome próprio, o que parece difícil conjugar com um estatuto referencialmente vazio como é o do expletivo.

Em síntese, a partir dos dados recolhidos do português, francês, castelhano e inglês relativamente a antropónimos e topónimos em uso referencial, analisou-se o comportamento destas línguas quanto à presença ou ausência de artigo. Tendo sido verificada uma apreciável disparidade neste campo, pretendeu-se apresentar uma explicação para os comportamentos relevantes detectados. Da análise de carácter estrutural de Longobardi (1994) resulta a possibilidade de unificar esses comportamentos, apesar de não ser claro que a hipótese de artigo expletivo que daí decorre recubra todas as situações. Apesar de tal hipótese poder encontrar apoio em línguas como o catalão e algumas variedades do frísio, parece necessitar de alguma reformulação, uma vez que: a) no campo dos nomes geográficos Longobardi admite a ocorrência ou de artigo pleno ou de expletivo, o que cria uma indesejável heterogeneidade; b) o estatuto de alguns artigos do inglês não parece muito evidente; c) dados do português mostram que o determinante tem valor referencial, embora tal só seja claramente visível em casos específicos da sua ocorrência com nomes próprios; d) o determinante, nas várias línguas, não parece referencialmente vazio, uma vez que a sua presença pode ser determinante na identificação do referente de um nome próprio.

Por fim, o português parece isolar-se das outras línguas pela especificidade de comportamento que exhibe, característica corroborada por estudos de Raposo (1998) e Oliveira (1998). Em relação a esta língua, propõe-se que esteja prevista a ocupação da posição de determinante cuja realização fonética, ainda que não tenha sempre lugar, é extremamente recorrente. Como se viu, e apesar da proposta de Raposo que, na linha de Longobardi, apoia o carácter expletivo do artigo, o português aponta para o facto de o estatuto do artigo ser problemático não podendo de imediato e claramente ser equacionado como um expletivo.

Notas

- 1 O uso de itálico é meu.
- 2 O mesmo acontece, tanto em francês como em português, com nomes de continentes. Se na posição de sujeito exibem artigo, ele desaparece quando o SN ocupa a posição de complemento e só a preposição rege o nome. Em francês dir-se-á 'Il a voyagé en Europe, en Afrique et en Amérique.' Em português, mais uma vez, regista-se uma flutuação entre presença e ausência de artigo, particularmente com alguns verbos como 'estar' e 'ir', já que se diz, 'Estive na Ásia.', mas já se dirá, 'Estive em África.', embora se ouça também, 'Estive na África.'

Referências bibliográficas

- CUNHA, C., CINTRA, L. (1987) *Nova Gramática do Português Contemporâneo*, Lisboa: Edições João Sá da Costa (4ª ed.).

- GARY-PRIEUR, M-N. (1991) "Le nom propre constitue-t-il une catégorie linguistique?" in *Langue Française*, n° 92, Larousse, p. 4-24.
- LONGOBARDI, G. (1994) "Reference and Proper Names: A Theory of N-Movement in Syntax and Logical Form" in *Linguistic Inquiry*, vol. 25, n° 4, p. 609-665.
- OLIVEIRA, F. (1998) "Frases Genéricas: Algumas Especificidades do Português" in *Seminário de Linguística*, n° 2, Universidade do Algarve, p. 1-15.
- RAPOSO, E. P. (1992) *Teoria da Gramática. A Faculdade da Linguagem*, Lisboa: Editorial Caminho.
- RAPOSO, E. P. (1998) *Definite / Zero Alternations in Portuguese (Towards a Unification of Topic Constructions)*. Manuscrito.
- SOARES, I. (1999) *Sobre a Semântica dos Nomes Próprios*, Dissertação de Mestrado, Faculdade de Letras da Universidade do Porto.